



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 18h00min

SENTENÇA

Processo Digital nº: **0005988-31.2015.8.26.0566**
 Classe – Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Cartão de Crédito**
 Requerente: **SEBASTIANA TARANTINO**
 Requerido: **Banco Financeira Itaú CBD S/A**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Silvio Moura Sales**

Vistos.

Dispensado o relatório, na forma do art. 38, caput, parte final, da Lei nº 9.099/95, e afigurando-se suficientes os elementos contidos nos autos à imediata prolação da sentença,

D E C I D O .

Trata-se de ação em que a autora alegou ter realizado uma compra cujo pagamento se daria por intermédio de parcelas em seu cartão de crédito.

Alegou ainda que em contato com o réu lhe foi oferecida uma redução das parcelas, mas depois veio a saber que isso importou no refinanciamento do saldo devedor, o que não contratou.

A gravação apresentada pelo réu respalda satisfatoriamente sua explicação.

Com efeito, nela se vê o contato telefônico mantido pela autora em que a mesma faz menção ao "prolongamento" nas parcelas a seu cargo.

Na sequência, é explicada a possibilidade de refinanciamento da dívida em até 24 meses, o que à evidência importaria na diminuição do valor das respectivas parcelas.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 18h00min

Isso foi a final implementado.

Pelo que pude extrair da gravação, ficou claro que a operação atinava a refinanciamento e que teria a duração de 24 meses, inclusive com menção do valor total ajustado (R\$ 1.854,24).

A conjugação desses elementos conduz à rejeição da pretensão deduzida, não se entrevendo na conduta da ré vício que pudesse dar margem a algum tipo de ilicitude de sua parte.

Os pagamentos da autora deverão por isso ser retomados normalmente, com a ressalva de que os termos da contratação implementada no contato telefônico amealhado pela ré serão preservados sem acréscimo algum.

Isto posto, **JULGO IMPROCEDENTE** a ação, mas deixo de proceder à condenação ao pagamento de custas e honorários advocatícios, com fundamento no art. 55, caput, da Lei nº 9.099/95.

Torno sem efeito a decisão de fls. 05/06, item 1, com a ressalva de que a retomada da contratação se dará sem acréscimos.

P.R.I.

São Carlos, 01 de outubro de 2015.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**